



Energisa Borborema | Resultados de 2014

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2014**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Borborema” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2014, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 19 de março de 2015.

1 - Considerações gerais

A Energisa Borborema é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 196 mil clientes e uma população de aproximadamente 500 mil habitantes em seis municípios do Estado da Paraíba.

Os indicadores de desempenho da Companhia e a qualidade dos seus serviços se destacam entre as empresas de distribuição de energia elétrica do Nordeste, o que bem atesta o acerto da gestão empreendida e o compromisso dos seus colaboradores com o desenvolvimento da região e o conforto dos clientes.

2 - Investimentos

Em 2014, foram realizados investimentos pela Energisa Borborema que totalizaram aplicações da ordem de R\$ 20,5 milhões, voltados especialmente para obras de melhoria da qualidade dos serviços, regularização e construção de redes e ligação de novos clientes. Dentre as realizações, destacam-se:

- i) LDAT Campina Grande II/Aeroclube;
- ii) Reforma dos ativos recebidos da CHESF;
- iii) Reforma de alimentadores de MT.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Energisa Borborema nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição do ativo	Dez/2014	Dez/2013	Acréscimo 2014/2013
Subestações - nº	7	4	+ 3
Capacidade instalada nas subestações - MVA	165	75	+ 90
Redes de distribuição (próprias) - km	4.784	5.098	- 314
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	3.646	3.330	+ 316
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	151	143	+ 8

3 - Desempenho econômico-financeiros

3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2014:

Descrição	2014	2013	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	265,2	244,1	+ 8,6
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	246,0	230,0	+ 7,0
Receita Operacional Líquida	186,7	171,3	+ 9,0
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	167,5	157,2	+ 6,6
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	5,7	13,8	- 58,7
EBITDA	11,5	19,0	- 39,5
EBITDA Ajustado	14,1	21,7	- 35,0
Resultado financeiro	(3,0)	(2,2)	+ 36,4
Lucro Líquido	2,6	9,5	- 72,6
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	227,5	186,8	+ 21,8
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	13,4	20,8	- 35,6
Patrimônio Líquido	92,0	95,3	- 3,5
Endividamento Líquido	46,9	34,2	+ 37,1
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	196,2	187,6	+ 4,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	694,6	673,3	+ 3,2
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	703,4	679,6	+ 3,5
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	5,90	6,00	- 0,10 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	7,6	12,7	- 5,1 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,3	1,6	+ 106,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 - Ambiente regulatório - reajuste e revisão tarifária

Em 04 de fevereiro de 2014, foi concedido à Energisa Borborema reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 3,15% percebido pelos consumidores.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2014, foi reconhecido o montante de R\$ 42,1 milhões para a Energisa Borborema. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 0,8 milhão para a Energisa Borborema. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3.2.1 - Eventos subsequentes

3.2.1.1 - Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o "Sistema de Bandeiras Tarifárias" nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na

capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

3.2.1.2 - Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Borborema, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 5,7% a partir de 02/03/2015.

3.3 - Despesas operacionais

Em 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 180,9 milhões, aumento de 14,9% (R\$ 23,4 milhões) em relação a 2013. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) apresentaram crescimento de 13,1% (R\$ 3,7 milhões), para R\$ 32,0 milhões. As despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte também apresentaram aumento de 9,1% (R\$ 9,7 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2014	2013	Variação em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	32,0	28,3	+ 3,7
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	16,7	15,1	+ 1,6
1.2 Material	2,3	1,4	+ 0,9
1.3 Serviços de terceiros	13,0	11,8	+ 1,2
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	116,4	106,7	+ 9,7
3 - Depreciação e amortização	5,8	5,2	+ 0,6
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	4,0	0,6	+ 3,4
5 - Outras despesas/receitas	3,5	2,6	+ 0,9
Subtotal	161,7	143,4	+ 18,3
6 - Custo de construção (*)	19,2	14,1	+ 5,1
Total	180,9	157,5	+ 23,4

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.4 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2014, a Energisa Borborema registrou lucro líquido de R\$ 2,6 milhões, ante os R\$ 9,5 milhões registrados em 2013. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 14,1 milhões em 2014, contra os R\$ 21,7 milhões apurados em 2013, redução de 35,0%, decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável em 2014 no país.

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	2014	2013	Var. %
(=) Lucro Líquido	2,6	9,5	- 72,6
(-) Contribuição social e imposto de renda	(0,1)	(2,1)	- 95,2
(-) Resultado financeiro	(3,0)	(2,2)	+ 36,4
(-) Depreciação e amortização	(5,8)	(5,2)	+ 11,5
(=) Geração de caixa (EBITDA)	11,5	19,0	- 39,5
(+) Receita de acréscimos moratórios	2,6	2,7	- 3,7
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	14,1	21,7	- 35,0
Margem do EBITDA Ajustado (%)	7,6	12,7	- 5,1 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2014, a administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 1,5 milhão (R\$ 5,06547769 por ação), a serem pagos em data a ser definida.

4 - Desempenho operacional

O compromisso com a constante busca de melhorias nas atividades operacionais tem permitido à Companhia manter os resultados entre os melhores do país.

4.1 - Gestão das perdas de energia: o ano foi marcado mais uma vez pela manutenção dos bons resultados no combate às perdas totais de energia elétrica, que foram reduzidas para 5,90%, uma melhoria de 0,10 ponto percentual em relação a 2013. As perdas de energia da Companhia se situam entre as menores do país.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência, considerando o que não foi recebido em relação ao que foi vendido nos últimos 12 meses, também foi destaque, tendo reduzido de 0,89%, em 2013, para 0,77%, em 2014, o mesmo ocorrendo com o número de faturamentos mensais (pendente) que passou de 0,54%, em 2013, para 0,51%, em 2014.

4.3 - DEC e FEC: outro fato a destacar é o nível desses indicadores, que confirmaram, em 2014, a trajetória de melhoria, fruto dos investimentos que vêm sendo realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema. Os índices DEC e FEC mostraram redução de 9,2% e 9,1%, respectivamente.

Indicadores operacionais	2014	2013	Var. %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	5,90	6,00	- 0,10 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	0,77	0,89	- 0,12 p.p
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,51	0,54	- 5,56
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	87,40	83,85	+ 4,23
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	64,77	69,53	- 6,85
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	8,23	9,06	- 9,16
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	5,79	6,37	- 9,11

4.4 - Mercado de energia: em 2014, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Borborema, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 699,5 GWh, incremento de 3,3% em relação a 2013. O consumo foi impulsionado pela classe comercial, que cresceu 5,5% no ano. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 1,2% em 2014.

A energia total distribuída em 2014 foi de 703,4 GWh, ante os 679,6 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2014	2013	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	694,6	673,3	+ 3,2
✓ Residencial	231,0	220,4	+ 4,8
✓ Industrial	216,6	214,8	+ 0,8
✓ Comercial	149,9	142,2	+ 5,4
✓ Rural	24,6	24,4	+1,1
✓ Outras Classes	72,5	71,5	+ 1,2
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	4,9	4,0	+ 22,7
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	699,5	677,3	+ 3,3
4) Suprimento de energia e não faturado	3,9	2,3	+ 67,3
5) Energia Total Distribuída (3+4)	703,4	679,6	+ 3,5

A Energisa Borborema encerrou o ano com 196.243 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,6% superior à registrada no fim de 2013, e com 2 consumidores livres.

5 - Estrutura de Capital

5.1 - Perfil da dívida

A dívida líquida da Energisa Borborema, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 34,2 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 46,9 milhões em 31 de dezembro de 2014.

As dívidas de curto e longo prazo da Energisa Borborema em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	2014	2013
Curto Prazo	19,6	12,4
Empréstimos e financiamentos	19,0	11,8
Encargos de dívidas	0,6	0,6
Longo Prazo	40,7	42,6
Empréstimos e financiamentos	40,7	42,6
Total das dívidas	60,3	55,0
(-) Disponibilidades financeiras	13,4	20,8
Total das dívidas líquidas	46,9	34,2

6 - Gestão de pessoas

A Energisa Borborema valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2014 com 245 colaboradores próprios e 33 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas da unidade estão alinhadas aos valores e missão da companhia, e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual. Em 2014, a Energisa Borborema dedicou 14,1 mil homem/hora a treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 40 mil em 2014. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância. Em

2014, foram dedicadas nessa modalidade 1,6 mil homem/hora, o que corresponde a 11,3% do total de treinamento.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Borborema lançou, em outubro de 2014, o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Em 2014, foi ampliado o Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão. O Centro de Formação funciona como um simulador de situações reais às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Paraíba deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio do "Portal Líder" e "Academia de Líderes". O Programa de Desenvolvimento Gerencial, disponível através do ambiente de capacitação online denominado PORTAL LÍDER ENERGISA, ofereceu aos seus participantes (gestores da Energisa Borborema) cursos práticos da Harvard Business Publishing. Diante da nova realidade da Companhia, ainda em 2014 foi desenhada a Academia de Líderes, baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação no negócio.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Borborema conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da Organização. Em 2014 a Energisa Borborema contratou um *trainee*, através de seu programa de seleção que permite desenvolver uma nova geração de líderes.

7 - Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país, a Energisa investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

A Energisa Borborema busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2014, destaca-se:

Iniciativas Socioculturais

As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- ✓ Espaços *Usina Cultural* oferecem programação mensal com shows, teatro, exposições e lançamentos de livros. Em 2014, estes espaços receberam cerca de 24 mil visitantes;
- ✓ *Balcão de Livros*, programa de estímulo à leitura que coloca à disposição da população, em sistema de empréstimo, um acervo com mais de 5 mil obras literárias sobre variados assuntos. Os livros estão acessíveis em postos e agências de atendimento da empresa;
- ✓ Ainda, por meio de leis de incentivo à cultura, a Energisa Borborema patrocina diversos projetos culturais. Em 2014 dois projetos foram beneficiados, com destaque para a *6ª Edição do CinePort*, festival de mostras competitivas de longa e curta metragens que em 2014 atraiu um público estimado de 30 mil pessoas.

No âmbito social dois projetos se destacaram:

- ✓ Para apoio a políticas, programas e ações voltadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, a Energisa Borborema realizou doações correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido em 2014.
- ✓ Também foram realizadas doações, correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido, a programas que visam à atenção à pessoa com deficiência, bem como a atenção oncológica.

Iniciativas Esportivas

Ciente de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social, a Companhia mantém patrocínios a projetos de estímulo a prática de esportes e lazer, tal como:

- ✓ Patrocínio ao projeto *Magia V*, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Uso Consciente de Energisa

Todos os anos, diversos projetos do programa de “Eficiência Energética” são implantados visando a adoção de mudanças comportamentais quanto ao uso da energia. Em 2014, este programa absorveu mais de R\$ 1,0 milhão em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica, destacando-se:

- ✓ *Energisa Comunidades*: atendimento a comunidades locais com ações como substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes, em comunidades de baixa renda. Além da promoção de palestras sobre uso racional da energia elétrica e de equipamentos. Para este programa é utilizada como base nas comunidades a *Unidade Móvel da Energisa*, veículo preparado com equipamentos para apoio e condução dos programas.
- ✓ *Conta Cidadã*: troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2014 foram coletadas mais de mil toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais.

8 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Borborema em 2014 foi de R\$ 171 mil, sendo i) R\$ 156 mil pela revisão das demonstrações financeiras; e ii) R\$ 15 mil para serviços relativos a incentivos fiscais e programas de “Eficiência Energética”.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	7.576	13.385
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	2.294	3.837
Consumidores e concessionárias	6	23.916	23.202
Títulos de créditos a receber	7	2.277	2.246
Estoques		707	590
Impostos a recuperar	9	7.974	4.575
Instrumentos financeiros derivativos	28	3.160	-
Ativos regulatórios	11	27.041	-
Despesas pagas antecipadamente		130	413
Outros créditos	12	5.324	6.135
Total do circulante		80.399	54.383
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	3.566	3.550
Consumidores e concessionárias	6	9	-
Títulos de créditos a receber	7	3.801	4.079
Impostos a recuperar	9	3.428	3.407
Créditos tributários	14	22.890	21.070
Cauções e depósitos vinculados	20	5.700	5.252
Instrumentos financeiros derivativos	28	974	3.407
Ativos regulatórios	11	2.467	-
Contas a receber da concessão	15	31.644	22.709
Outros créditos		-	58
		74.479	63.532
Investimentos		81	81
Intangível	16	71.715	67.911
Imobilizado	16	800	930
Total do não circulante		147.075	132.454
Total do ativo		227.474	186.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	22.300	14.864
Encargos de dívidas	18	551	608
Empréstimos e financiamentos	18	19.024	11.766
Folha de pagamento		384	323
Tributos e contribuições sociais	19	8.947	7.550
Passivos regulatórios	11	22.573	-
Encargos do consumidor a recolher		64	34
Obrigações estimadas		1.018	1.058
Taxa de iluminação arrecadada		1.256	762
Obrigações Intrasetoriais		1.460	3.583
Outras contas a pagar		2.065	1.441
Total do circulante		79.642	41.989
Não circulante			
Fornecedores	17	403	403
Empréstimos e financiamentos	18	40.730	42.622
Tributos e contribuições sociais	19	3.726	2.723
Passivos regulatórios	11	2.063	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	20	7.412	3.777
Outras contas a pagar		1.548	62
Total do não circulante		55.882	49.587
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	64.577	62.752
Reservas de capital	21.2	24.098	24.098
Reservas de lucros	21.3 a 21.5	3.275	8.398
Dividendos adicionais propostos	21.6	-	13
Total do patrimônio líquido		91.950	95.261
Total do passivo e patrimônio líquido		227.474	186.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	22	186.678	171.267
Custo do serviço de energia elétrica	23	(149.939)	(134.358)
Lucro bruto		36.739	36.909
Despesas com vendas	23	(7.355)	(6.244)
Despesas gerais e administrativas	23	(22.479)	(17.262)
Outras receitas	24	910	1.337
Outras despesas	24	(2.086)	(924)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		5.729	13.816
Receita financeira	25	5.579	5.323
Despesas financeiras	25	(8.575)	(7.555)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(2.996)	(2.232)
Lucro antes dos impostos		2.733	11.584
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(1.979)	45
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	1.820	(2.096)
Lucro líquido do exercício		2.574	9.533
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	26	8,79	32,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	2.574	9.533
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	2.574	9.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social		2.733	11.584
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		187	6.729
Amortização e Depreciação	23	5.818	5.248
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	23	659	189
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	3.367	460
Marcação a Mercado Derivativos	25	144	1.081
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	(1.582)	(2.300)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	24	1.176	(413)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias		(1.382)	10.346
Diminuição de títulos de créditos a receber		247	3.784
(Aumento) de estoques		(117)	(12)
(Aumento) de impostos a recuperar		(3.420)	(127)
(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados		(448)	61
Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente		283	(13)
(Aumento) de outros créditos		180	(2.597)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		5.991	4
Aumento de folha de Pagamento		61	91
Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais		2.946	(122)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.525)	(889)
(Diminuição) aumento de obrigações estimadas		(40)	155
Aumento (diminuição) de encargos do consumidor a recolher		30	(913)
Aumento (diminuição) aumento de outras contas a pagar		481	(903)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		14.789	31.443
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		3.094	(4.394)
Aplicações no intangível e imobilizado	16 e 33	(17.558)	(10.521)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	24	910	1.337
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(13.554)	(13.578)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18 e 33	14.294	10.000
Pagamentos de empréstimos- principal	18	(12.619)	(2.389)
Pagamentos de empréstimos- juros	18	(3.545)	(3.029)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		711	(568)
Pagamentos de dividendos	21.6	(5.885)	(16.462)
Caixa líquido consumido nas atividades de Financiamentos		(7.044)	(12.448)
Variação líquida do caixa		(5.809)	5.417
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	13.385	7.968
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	7.576	13.385
Variação líquida do caixa		(5.809)	5.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	22	245.918	230.032
Outros resultados	24	910	1.337
Receitas relativas a construção de ativos próprios	22 e 25	19.952	14.347
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	23	(659)	(189)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		126.718	115.391
Materiais e serviços de terceiros		15.659	13.385
Outros custos operacionais		26.342	17.732
		<u>168.719</u>	<u>146.508</u>
Valor adicionado bruto		<u>97.402</u>	<u>99.019</u>
Amortização e depreciação	23	<u>5.818</u>	<u>5.248</u>
Valor adicionado líquido		<u>91.584</u>	<u>93.771</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	25	<u>5.579</u>	<u>5.323</u>
Valor adicionado total a distribuir:		<u><u>97.163</u></u>	<u><u>99.094</u></u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		9.938	9.171
Benefícios		3.514	3.118
FGTS		1.022	701
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		14.392	16.167
Estaduais		52.766	48.721
Municipais		103	69
Obrigações Intra-setoriais		2.897	3.134
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		9.283	7.830
Aluguéis		674	650
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	21.6	5.872	7.218
Dividendos adicionais propostos	21.6	-	13
Reserva Legal	21.3	129	477
Reserva de redução de imposto de renda	21.4	962	-
Reserva de lucros - absorção de prejuízos	21.5	<u>(4.389)</u>	<u>1.825</u>
		<u><u>97.163</u></u>	<u><u>99.094</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital		Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Remuneração de imobilizações em curso	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Redução de imposto de renda			
Saldos em 01 de janeiro de 2013		57.017	(50)	154	23.994	6.096	5.735	5.244	-	98.190
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(5.244)	-	(5.244)
Aumento de capital e cancelamento de ações conforme AGO e AGE de 24/04/2013		5.735	50	(50)	-	-	(5.735)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	9.533	9.533
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									-	-
Reserva legal	21.3	-	-	-	-	477	-	-	(477)	-
Incentivo Fiscal - Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE	21.4	-	-	-	-	-	1.825	-	(1.825)	-
Dividendos	21.6	-	-	-	-	-	-	-	(7.218)	(7.218)
Dividendos adicionais propostos	21.6	-	-	-	-	-	-	13	(13)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		62.752	-	104	23.994	6.573	1.825	13	-	95.261
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(13)	-	(13)
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 25/04/2014	21.1	1.825	-	-	-	-	(1.825)	-	-	-
Pagamentos antecipados de dividendos no exercício:										
. Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 06 de junho de 2014		-	-	-	-	-	-	-	(3.853)	(3.853)
. Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 03 de setembro de 2014		-	-	-	-	-	-	-	(2.019)	(2.019)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	2.574	2.574
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	21.3	-	-	-	-	129	-	-	(129)	-
Incentivo Fiscal - Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE	21.4	-	-	-	-	-	962	-	(962)	-
Realização de reserva de lucros - absorção de prejuízos	21.6	-	-	-	-	(4.389)	-	-	4.389	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		64.577	-	104	23.994	2.313	962	-	-	91.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.						
CNPJ Nº 08.826.596/0001-95						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2014						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	186.678			171.267		
Resultado operacional (RO)	2.733			11.584		
Folha de pagamento bruta (FPB)	13.938			13.028		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.948	13,98%	1,04%	1.908	14,65%	1,11%
Encargos sociais compulsórios	3.227	23,15%	1,73%	2.809	21,56%	1,64%
Previdência privada	170	1,22%	0,09%	165	1,27%	0,10%
Saúde	879	6,31%	0,47%	699	5,37%	0,41%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	37	0,27%	0,02%	62	0,48%	0,04%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	28	0,20%	0,01%	71	0,54%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	259	1,86%	0,14%	238	1,83%	0,14%
Participação nos lucros ou resultados	1.282	9,20%	0,69%	1.040	7,98%	0,61%
Outros	407	2,92%	0,22%	240	1,84%	0,14%
Total - Indicadores sociais internos	8.237	59,10%	4,41%	7.232	55,51%	4,22%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	179	6,55%	0,10%	104	0,90%	0,06%
Saúde e saneamento	38	1,39%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Esporte	19	0,70%	0,01%	18	0,16%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	84	0,73%	0,05%
Total das contribuições para a sociedade	236	8,64%	0,13%	206	1,78%	0,12%
Tributos (excluídos encargos sociais)	63.668	2329,60%	34,11%	62.148	538,50%	36,29%
Total - Indicadores sociais externos	63.904	2338,24%	34,23%	62.354	538,28%	36,41%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	20	0,73%	0,01%	8	0,07%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	20	0,73%	0,01%	8	0,07%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	245			251		
Nº de admissões durante o período	27			20		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	131			104		
Nº de estagiários(as)	4			2		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	76			58		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	45			37		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	100			88		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	20,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	10			9		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	16,89			16,90		
Número total de acidentes de trabalho	5			4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 4.578	no Procon 7	na Justiça 117	na empresa 4.486	no Procon 36	na Justiça 130
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,52%	no Procon 4,00%	na Justiça 27,00%	na empresa 100%	no Procon 40%	na Justiça 39%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 97.163			Em 2013: 99.094		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	72% governo 3% acionistas	15% colaboradores(as) 10% terceiros 0% retido		69% governo 7% acionistas	13% colaboradores(as) 9% terceiros 2% retido	
7 - Outras Informações	2014			2013		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	0			0		
7.1.2 - Investimento do Estado	0			0		
7.1.3 - Investimento do Município	0			0		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	0			0		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	0			0		
7.2 - Programa de eficiência Energética	920			806		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	554			248		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	1.474			1.054		

Notas Explicativas

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa BO”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica que atua nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba atendendo a 196.246 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Abaixo estão listadas algumas das obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão.

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas 10, 15, 16, 22 e 31, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2015.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com

a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 28.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB- International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.”

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 28.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;

- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 11.
- g. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do "VNR - Valor Novo de Reposição" pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por essa razão, desde o exercício de 2012 registrou como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15.

- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- I. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

- m. Derivativos - Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 28;
- n. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes para Companhia.

- o. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;
- p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

- s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de pensão de benefício definido é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- v. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em seis municípios no Estado da Paraíba sendo este o seu único segmento reportável e, sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado.

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2014	2013
Caixa Econômica Federal	CDB	30/11/2017	100,5% do CDI	3.063	7.599
Santander	Debêntures (2)	8/12/2016	103,2% do CDI	274	2.305
				3.337	9.904
Caixas e bancos				4.239	3.481
Total caixa e equivalente de caixa				7.576	13.385

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2014	2013
BES	CDB	19/03/2015	103,0% do CDI	3	2
Bradesco	CDB	16/03/2015	95,0% do CDI	69	-
CEF FI Energisa	LFT	1/03/2018	SELIC	48	29
CEF FI Energisa	NTN	15/05/2045	IPCA	90	594
CEF FI Energisa	DEBENTURES (2)	15/04/2016	122,11% do CDI	67	126
CEF FI Energisa	DPGE	22/06/2015 a 18/04/2016	109,0% a 113,0% do CDI e	708	1.014
CEF FI Energisa	LF	27/04/2015 a 25/04/2016	106,0% a 109,0% do CDI	702	1.575
CEF FI Energisa	LTN	1/07/2018	Título Publico	66	-
CEF	Poupança	-	Poupança	9	15
Bradesco	Poupança	-	Poupança	2	-
HSBC	CDB	19/01/2015	103,3% do CDI	4	4
Itaú	CDB	28/09/2015 a 26/02/2016	90,0% a 100,0% do CDI	65	9
Itaú	Debêntures (2)	16/07/2015	100,0% a 101,0% do CDI	37	114
Itaú	Fundo de investimento	-	CDI	68	31
Nordeste	CDB	30/09/2019 a 15/02/2023	90,0% a 99,0% do CDI	3.576	3.571
Safra	Debêntures (2)	18/04/2016	100,0% do CDI	28	-
				5.542	7.084

Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	318	303
				318	303
Total aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (3)				5.860	7.387
Circulante				2.294	3.837
Não Circulante				3.566	3.550

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$4.049 referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos (*)	Vencidos					2014	2013
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	2.404	2.416	582	181	-	-	5.583	5.198
Industrial	4.551	143	5	1	-	1.188	5.888	5.680
Comércio, serviços e outras atividades	3.374	539	55	27	33	-	4.028	3.577
Rural	154	127	53	20	-	-	354	331
Poder Público:								
Federal	457	101	2	-	-	-	560	494
Estadual	402	89	2	-	-	-	493	435
Municipal	109	24	-	-	-	-	133	117
Iluminação pública	562	-	3	-	-	-	565	543
Serviço público	171	-	-	-	-	-	171	185
Subtotal - consumidores	12.184	3.439	702	229	33	1.188	17.775	16.560
Concessionárias (**)	641	-	-	-	-	9	650	641
Fornecimento não faturado	5.864	-	-	-	-	-	5.864	5.037
Outros	1.047	-	-	-	-	172	1.219	2.758
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(181)	(33)	(1.369)	(1.583)	(1.794)
Total	19.736	3.439	702	48	-	-	23.925	23.202
Circulante							23.916	23.202
Não Circulante							9	-

(*) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(**) Energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2014, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$650 (R\$641 em 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2013. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$4.412 (R\$2.313 em 2013), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$520 (R\$177 em 2013), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2014	2013
Saldos a vencer	641	632
Saldo vencido	9	9
(-) Aquisições de energia na CCEE	(4.412)	(2.313)
(-) Encargos de serviços do sistema	(520)	(177)
	(4.282)	(1.849)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a

forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2014	2013
Títulos de créditos a receber	10.189	9.144
Ajuste a valor presente	(2.683)	(2.077)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(1.428)	(742)
	6.078	6.325
Circulante	2.277	2.246
Não circulante	3.801	4.079

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2014 os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	2014
Vencidos	1.428
2015	2.277
2016	643
2017	559
2018	554
2019	429
2020 em diante	1.616
Total	7.506

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldo - inicial 2014 e 2013	2.536	2.129
Provisões constituídas no exercício	1.480	2.454
Reversão de provisões no exercício	(1.005)	(2.047)
Saldo - final - circulante 2014 e 2013	3.011	2.536
Consumidores e concessionárias	1.583	1.794
Títulos de créditos a receber	1.428	742

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Impostos a recuperar

	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.830	2.863
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.186	67
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	45	292
Contribuição Social sobre o Lucro - CSSL	2.265	333
PIS e COFINS	5.044	4.396
Outros	32	31
	11.402	7.982
Ativo circulante	7.974	4.575
Ativo não circulante	3.428	3.407

10. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajustes tarifários:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 30 de janeiro de 2014, a ANEEL através da Resolução nº 1.678, homologou o reajuste tarifário a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2014. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 3,15%.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em janeiro de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 29 de janeiro de 2013, a ANEEL através da Resolução nº 1.483, foi homologado a revisão tarifária que vigora desde fevereiro de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi aumento de 6,18%.

11. Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	2014
Itens da Parcela A (i)	
Energia elétrica comprada para revenda	28.615
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	538
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	20
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	279
Itens financeiros	
Exposição submercados	12
Outros itens financeiros	44
Total	29.508
Circulante	27.041
Não circulante	2.467
Passivos regulatórios	2014
Itens da Parcela A (i)	
Sobrecontratação de energia (ii)	4.417
Encargo de serviços de sistema - ESS (iii)	19.629
Itens financeiros	
CUSD	243
CCC	52
Neutralidade da Parcela A	295
Total	24.636
Circulante	22.573
Não circulante	2.063
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	4.872
Efeito na demonstração do resultado	2014
Receita operacional	4.870
Outras receitas financeiras	2
Total - resultado	4.872

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

12. Outros créditos

	2014	2013
Baixa renda	1.505	1.505
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	1.475	1.956
Ordens de serviço em curso - ODS outros	116	493
Ordens desativação em curso - ODD	-	177
Adiantamentos	475	339
Subvenção CDE - desconto tarifário	1.700	863
Créditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	114
Créditos de terceiros - Alienação de bens e direitos	53	67
Outros	-	621
Total - circulante	5.324	6.135

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE- desconto tarifário:

- Baixa renda

	2014	2013
Saldo - 2014 e 2013	1.505	1.580
Subvenção baixa renda	9.012	9.009
Ressarcimento Eletrobrás	(9.012)	(8.925)
Contas a receber Eletrobrás - CDE	-	(159)
Saldo - 2014 e 2013 - circulante	1.505	1.505

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

- Subvenção CDE - desconto tarifário

	2014	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	5.779	2.799
Antecipação/repasso despacho ANEEL nº 1711/2013	(4.079)	(1.936)
Saldo - 2014 e 2013 - circulante	1.700	863

O Governo Federal, através do Despacho ANEEL nº 1.711 de 29 de maio de 2013, disponibilizou R\$1.210 de recursos da CDE, os quais foram recebidos em 03 de junho de 2013, apropriados ao resultado do exercício proporcionalmente ao número de meses correspondente ao período de maio a novembro de 2013, além de R\$726, liberados nos meses de março, abril e maio, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto correspondente a subvenção incorridas nos meses de junho a dezembro de 2014, cujo ressarcimento a administração da Companhia espera receber da CDE no primeiro trimestre de 2015.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (1)	Energia elétrica comprada para revenda/ Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (Fornecedores)
ENERGISA S/A	6.127	-	409	-	482
EPB	-	3.157	-	553	250
Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	-	230	-	-	20
2014	6.127	3.390	409	553	782
2013	5.747	4.134	305	12	806

(1) Os serviços contratados junto a controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de venda de energia e custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$527 (R\$335 em 2013) e da Diretoria foi de R\$1.046 (R\$1.076 em 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora do benefício de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$59 (R\$74 em 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$283 (R\$262 em 2013).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$16 e R\$1 (R\$28 e R\$1 em 2013), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2014 foi de R\$6 (R\$8 em 2013).

Na AGE de 24 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 em R\$3.197.

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2014	2013
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	18.163	16.627
Contribuição social sobre o lucro líquido	6.539	5.986
Total - não circulante	24.702	22.613
Passivo		
Diferenças Temporárias		
Imposto de renda	1.332	1.135
Contribuição social sobre o lucro líquido	480	408
	1.812	1.543
Totais líquidos - ativos não circulantes	22.890	21.070

As diferenças temporárias são como segue:

	2014		2013	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Créditos fiscais - ágio (1)	47.379	16.109	50.126	17.043
Provisões para riscos trabalhistas e fiscais	7.412	2.520	3.777	1.284
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	3.011	1.024	845	287
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	5.655	1.923	5.663	1.925
Variações cambiais passivas	5.224	1.776	4.021	1.367
Ajustes a valor presente	2.683	912	2.077	706
Ativos regulatórios (CVA´s)	-	-	(603)	(205)
Outras adições (exclusões) temporárias	1.197	407	(160)	(54)
Marcação a mercado - derivativos	(4.134)	(1.406)	(3.407)	(1.158)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	(1.102)	(375)	(367)	(125)
Total - ativo não circulante	67.325	22.890	61.972	21.070

(1) O crédito fiscal ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos créditos fiscais
2015	1.586
2016	1.612
2017	1.638
2018	1.664
2019	1.664
2020	1.690
2021 a 2024	13.036
Total	22.890

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	2014	2013
Lucro antes dos impostos	2.733	11.584
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(929)	(3.939)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	962	1.825
Outros	(192)	63
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(159)	(2.051)
Alíquota efetiva	5,82%	17,71%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal - Ato Declaratório Executivo nº 13 de 03 de junho de 2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16 de outubro de 2014. Para os não optantes, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei, e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

15. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo registrado no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$735 (R\$847 em 2013).

Esse direito está classificado como disponível para venda no não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

	2014	2013
Ativo financeiro custo histórico - 2014 e 2013	22.709	19.468
Adições no exercício (*)	8.486	4.163
Baixas no exercício	(286)	(75)
Ativo financeiro custo histórico -2014 e 2013	30.909	23.556
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	735	(847)
Ativo financeiro custo corrigido - 2014 e 2013	<u>31.644</u>	<u>22.709</u>

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

16. Intangível e Imobilizado

	2014	2013
Intangível - Contrato de concessão	71.715	67.911
Imobilizado	800	930
Total	<u>72.515</u>	<u>68.841</u>

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo 2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2014
Em Serviço						
Custo	127.808		12.385	(6.321)		133.872
Amortização Acumulada	(56.870)			5.231	(6.421)	(58.060)
Subtotal	70.938	-	12.385	(1.090)	(6.421)	75.812
Em Curso	10.261	20.445	(12.385)	(8.546)		9.775
Total Intangível	81.199	20.445	-	(9.636)	(6.421)	85.587
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	14.350	-	806			15.156
Amortização Acumulada	(3.218)				(764)	(3.982)
Subtotal	11.132	-	806	-	(764)	11.174
Em Curso	2.156	1.408	(806)	(60)		2.698
Total Obrigações Vinculadas	13.288	1.408	-	(60)	(764)	13.872
Total Intangível	67.911	19.037	-	(9.576)	(5.657)	71.715
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	4	-	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	1.136	-	51	(23)	-	1.164
Veículos	67	-	-	-	-	67
Móveis e utensílios	992	-	1	-	-	993
Total do imobilizado em serviço	2.199	-	52	(23)	-	2.228
Depreciação acumulada:						
Software	(2)	-	-	-	(1)	(3)
Máquinas e equipamentos	(673)	-	-	2	(110)	(781)
Veículos	(40)	-	-	-	(9)	(49)
Móveis e utensílios	(554)	-	-	-	(41)	(595)
Total Depreciação acumulada	(1.269)	-	-	2	(161)	(1.428)
Subtotal Imobilizado	930	-	52	(21)	(161)	800
Imobilizado em curso	-	52	(52)	-	-	-
Total do Imobilizado	930	52	-	(21)	(161)	800
Total Geral	68.841	19.089	-	(9.597)	(5.818)	72.515

(*) Das baixas no montante de R\$9.597, R\$8.486 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$1.111 referem-se a baixas realizadas no exercício.

	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2013
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo	121.283	-	7.159	(634)	-	127.808
Amortização acumulada	(51.639)	-	-	478	(5.709)	(56.870)
Subtotal	69.644	-	7.159	(156)	(5.709)	70.938
Em Curso	4.833	15.544	(7.417)	(2.699)	-	10.261
Total	74.477	15.544	(258)	(2.855)	(5.709)	81.199
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	11.732	-	2.618	-	-	14.350
Amortização acumulada	(2.611)	-	-	-	(607)	(3.218)
Subtotal	9.121	-	2.618	-	(607)	11.132
Em Curso	191	4.583	(2.618)	-	-	2.156
Total	9.312	4.583	-	-	(607)	13.288
Total do intangível	65.165	10.961	(258)	(2.855)	(5.102)	67.911
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Software	4	-	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	705	-	433	(2)	-	1.136
Veículos	67	-	-	-	-	67
Móveis e utensílios	1.376	-	(175)	(209)	-	992
Depreciação acumulada	(1.284)	-	-	161	(146)	(1.269)
Total Imobilizado	868	-	258	(50)	(146)	930
Total Geral	66.033	10.961	-	(2.905)	(5.248)	68.841

(*) Das baixas no montante de R\$2.905, R\$2.699 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$206 referem-se a baixas realizadas no exercício. Das adições de obrigações especiais, cerca de R\$1.464 foram transferidas do contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,88% (4,00% em 2013).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2014	2013
Contribuições do consumidor	13.244	12.386
Participação do Governo do Estado	3.774	3.774
Reserva para reversão	12	12
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	1.916	1.365
(-) Amortização acumulada	(3.982)	(3.218)
Total	14.964	14.319
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.092	1.031
Infraestrutura - Intangível em serviço	11.174	11.132
Infraestrutura - Intangível em curso	782	791
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	1.916	1.365
Total	14.964	14.319

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em fevereiro de 2009. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em fevereiro de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais.

Até 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado foi de R\$1.916 (R\$1.365 em 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Encargos Financeiros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2014	2013
Encargos financeiros - encargos de dívida - juros	3.724	3.164
(-) transferência para o intangível em curso	(708)	(275)
Efeito líquido no resultado	3.016	2.889

(*) Conforme CPC-20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos, vide nota explicativa nº25.

Imobilizado

Taxas de depreciação do ativo imobilizado praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2014
Edificações e benfeitorias	3,36%
Máquinas e equipamentos	3,88%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

17. Fornecedores

	2014	2013
Suprimento:		
CCEE (1)	4.412	2.313
Contratos Bilaterais (1)	12.301	8.484
Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS(1)	543	-
Conexão à rede (1)	113	109
Uso do sistema de distribuição (1)	250	738
Encargos de Serviço no Sistema (1)	520	177
Materiais, serviços e outros (2)	4.564	3.446
Total	22.703	15.267
Circulante	22.300	14.864
Não circulante	403	403

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2014	2013	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	55	-	5.000	5.055	5.047	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	55	54	111	170	
Financiamento BNB - REPASSE BNDES	47	-	2.000	2.047	2.051	
Financiamento BNB - REPASSE BNDES	137	2	8.476	8.615	7.886	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	194	2.018	3.296	5.508	7.358	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	16	465	5.303	5.784	7.191	
Banco Itaú BBA - FINAME	14	261	2.926	3.201	1.649	
EMPRESTIMO ITAU BBA - BNDES FINEM	39	128	3.039	3.206	0	
Total em moeda nacional	504	2.929	30.094	33.527	31.352	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(27)	-	(66)	(93)	(119)	
Em moeda estrangeira						
Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	9.506	(1)
Bank of America Merrill Lynch	74	-	10.702	10.776	-	(1)
Banco Itaú BBA	-	16.095	-	16.095	14.257	(1)
Total em moeda estrangeira	74	16.095	10.702	26.871	23.763	
Total	551	19.024	40.730	60.305	54.996	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$3.893 (R\$3.875 em 2013), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 2014:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	TIR (Taxa efetiva de juros)	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-20	mensal, após dez-2017	Recebíveis	72	CDI +	0,70%	11,51%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-16	mensal	Recebíveis	23	RGR	5,0%	5,00%	
Financiamento BNB - Repasse BNDES I	mar-23	mensal, após abr-2017	Aval Energisa S.A	99	UMBND +	3,90%	3,95%	
Financiamento BNB - Repasse BNDES II	mar-23	mensal, após abr-2017	Aval Energisa S.A	99	TJLP +	3,90%	8,90%	
Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30		pré-fixado	7,50%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	56		pré-fixado	7,50%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A	74		pré-fixado	4,5% a 5,5%	
Banco Itaú BBA - FINEM	Abr/21	Mensal	Aval Energisa S.A	64	TJLP +	8,10%	8,81% a 13,10%	
Bank of America Merryll Lynch	Fev/16	Final	Aval Energisa S.A	14	Libor +	2,45%	16,43%	(1)
Banco Itaú BBA	ago-15	final	Aval Energisa S.A	8	Dólar +	3,25%	16,64%	(1)

(1) Considera Bônus de 25% e 15% sobre juros por adimplimento, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

(2) Possui swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2014	2013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
IPCA	6,41%	5,91%
IGP-M	3,67%	5,53%
LIBOR	0,23%	0,27%
UMBND	0,05%	0,04%

Em 31 de dezembro de 2014, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	15.348
2017	4.980
2018	5.836
2019	5.354
Após 2019	9.214
	40.730

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013
Saldos em 2014 e 2013	54.996	43.456
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	14.380	10.857
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	7.093	6.101
Pagamento de principal	(12.619)	(2.389)
Pagamento de juros	(3.545)	(3.029)
Saldos em 2014 e 2013	60.305	54.996
Circulante	19.575	12.374
Não circulante	40.730	42.622

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2015	2016	2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	-	-	38	38
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	19	9	-	28
	19	9	38	66

19. Tributos e Contribuições Sociais

	2014	2013
ICMS	4.549	3.959
Encargos Sociais	330	306
IRPJ	2.782	1.995
CSSL	1.110	868
PIS / COFINS	3.344	2.785
IRRF	159	183
Outros	399	177
Total	12.673	10.273
Circulante	8.947	7.550
Não circulante	3.726	2.723

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2014
Trabalhistas	406	3.786	(652)	66	3.606
Cíveis	2.642	1.202	(937)	157	3.064
Fiscais	729	-	(32)	45	742
Total	3.777	4.988	(1.621)	268	7.412
Depósitos e cauções vinculados (*)	(645)				(943)

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	469	324	(417)	30	406
Cíveis	1.857	1.184	(498)	99	2.642
Fiscais	817	-	(133)	45	729
Total	3.143	1.508	(1.048)	174	3.777
Depósitos e cauções vinculados (*)	(603)	-	-	-	(645)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$5.700 (R\$5.252 em 2013) dos quais R\$4.757 (R\$4.607 em 2013) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

No exercício foram pagos o montante de R\$715 (R\$677 em 2013), sendo de indenizações trabalhistas R\$216 (R\$153 em 2013) e de indenizações cíveis R\$499 (R\$524 em 2013).

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$343 (R\$204 em 2013), registrado na rubrica fornecedores.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A ações tem por objeto o pedido de horas extras, equiparação salarial, acidente de trabalho, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

A ações tem por objeto pedido de Indenização, sendo a causa de pedir Danos Morais e Materiais, Cobrança por Irregularidade e Reclamação de Consumo.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas à INSS e ISS. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja por se encontrarem devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$31.099 (R\$15.001 em 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requer a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$1.801 (R\$528 em 2013), referem-se aos seguintes objetos: horas extras, adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

Ações judiciais de natureza cível no montante de R\$3.674 (R\$1.921 em 2013), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; (iii) compra de energia elétrica; e (iv) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

Ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$25.624 (R\$12.552 em 2013), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$64.577 (R\$62.752 em 2013) está representado por 292.919 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$1.825, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$64.577, representado por 292.919 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 540 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

21.2. Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº14, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia. A medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

21.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

21.4. Reserva de lucros- reserva de redução de imposto de renda

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apurou R\$962 (R\$1.825 em 2013) de redução de imposto de renda e adicionais.

21.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	2.574	9.533
Reserva legal (5%)	(129)	(477)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(962)	(1.825)
Lucro líquido ajustado	1.483	7.231
Dividendos obrigatórios (25%)	371	1.808
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em junho de 2013 - R\$13,1708 por ação	-	3.858
. Pagos em agosto de 2013 - R\$11,4706 por ação	-	3.360
. Autorizado pagamento em junho de 2014 - R\$13,1541 por ação (*)	3.853	-
. Autorizado pagamento em setembro de 2014 - R\$6,8928 por ação (*)	2.019	-
	5.872	7.218
Dividendos adicionais propostos: R\$0,04 em 2013 por ação (**):	-	13
Total dos dividendos	5.872	7.231
% sobre o lucro líquido ajustado	88	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 06 de junho de 2014, (13 de junho e 08 de agosto de 2013) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de abril de 2014 (31 de março e 30 de junho de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia, por ter apurado resultado inferior aqueles apresentados em seus balanços intermediários levantados em 30 de abril e 30 de junho de 2014, efetuou a distribuição de dividendos acima do lucro apurado de R\$4.389, que foi absorvido com a utilização da reservas de lucros - reserva legal.

A acionista controladora, efetuará a devolução do montante em 2015, que será registrado diretamente na rubrica de reserva de lucros - reserva legal, para recompor o saldo da reserva e por consequência o patrimônio líquido da Companhia.

(**) Os dividendos adicionais propostos no exercício de 2013, foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do ICPC-08, foram pagos em 31 de julho de 2014.

22. Receita operacional

	2014			2013		
	Não auditada pelos auditores independentes			Não auditada pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	164.837	230.996	93.310	156.916	220.371	84.701
Industrial	597	216.615	56.992	606	214.794	57.530
Comercial	14.713	149.926	55.373	14.400	142.199	51.599
Rural	14.575	24.648	6.871	14.142	24.377	6.470
Poder Público:						
Federal	113	19.683	6.831	112	19.121	6.790
Estadual	276	7.667	2.652	274	7.448	2.636
Municipal	1.006	6.012	2.090	999	5.840	2.077
Iluminação Pública	55	28.019	6.540	52	27.636	6.036
Serviço Público	60	10.765	2.492	59	11.220	2.616
Consumo Próprio	11	268	-	10	270	-
Subtotal	196.243	694.599	233.151	187.570	673.276	220.455
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	1.902	-	-	1.459
Suprimento	1	1.918	2.954	1	2.545	6.517
Fornecimento não faturado (líquido)	-	1.987	827	-	993	(562)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	2	-	413	-	-	461
Receita de Construção (1)	-	-	19.244	-	-	14.072
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	4.870	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	1.801	-	-	1.702
Total - receita operacional bruta	196.246	698.504	265.162	187.571	676.814	244.104
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	52.767	-	-	48.721
PIS	-	-	4.058	-	-	3.731
COFINS	-	-	18.690	-	-	17.187
ISS	-	-	72	-	-	63
Quota para RGR	-	-	-	-	-	(460)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	820	-	-	778
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	706	-	-	414
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	-	257
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	820	-	-	781
Receita de ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente	-	-	551	-	-	1.365
Total	-	-	78.484	-	-	72.837
Total - receita operacional líquida	196.246	698.504	186.678	187.571	676.814	171.267

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado do exercício de 2014 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

23. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda (*)	106.873	-	-	-	-	106.873	94.104
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	9.467	-	-	-	-	9.467	12.632
Pessoal e administradores	-	6.867	5	2.835	6.910	16.617	15.032
Entidade de previdência privada	-	-	-	7	52	59	66
Material	-	433	696	808	361	2.298	1.358
Serviços de terceiros	-	766	66	2.860	9.339	13.031	11.779
Depreciação e amortização	-	5.089	-	1	728	5.818	5.248
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	659	-	659	189
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	-	3.367	3.367	460
Custo de construção	-	-	19.244	-	-	19.244	14.072
Outras	-	433	-	185	1.722	2.340	2.924
	116.340	13.588	20.011	7.355	22.479	179.773	157.864

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2014	2013	2014	2013
Energia de leilão	368.214	352.395	78.235	52.040
Energia bilateral	89.177	89.177	17.157	19.950
Cotas de Angra REN 530/12	28.298	28.451	4.243	3.860
Energia de curto prazo - CCEE	45.107	38.614	48.033	22.854
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	214.685	213.936	6.710	6.583
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	16.990	16.679	3.986	3.647
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(42.083)	(7.381)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(9.408)	(7.449)
Total	762.471	739.252	106.873	94.104

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(**) Não examinado pelos auditores independentes.

Para os meses de janeiro a outubro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	1.769
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	5.987
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	8.520
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	6.555
Maiο	Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014	5.587
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	295
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	2.090
Agosto	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	2.819
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	5.138
Outubro	Despacho nº 4.657 de 02 de dezembro de 2014	3.323

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a outubro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

24. Outros resultados

	2014	2013
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	910	1.337
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(2.086)	(924)
Total	(1.176)	413

25. Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Receita de aplicações financeiras	1.567	1.354
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.565	2.680
Atualização contas a receber da concessão - VNR	735	(847)
Outras receitas financeiras	712	2.136
Total receita financeira	5.579	5.323
Encargos de dívidas - juros	(3.724)	(3.164)
Variação monetária e cambial	(3.369)	(2.937)
(-) Transferência para ordens em curso	708	275
Marcação a mercado derivativos	(144)	(1.081)
Instrumentos financeiros derivativos	1.582	2.300
Ajuste valor presente ativo	(606)	(1.161)
Despesas bancárias	(665)	(521)
Comissão de aval	(409)	(305)
Outras despesas financeiras	(1.948)	(961)
Total despesa financeira	(8.575)	(7.555)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(2.996)	(2.232)

26. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício:	2.574	9.533
Média ponderada das ações	292,92	292,92
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	8,79	32,54

27. Cobertura de seguros

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2014	2013
Risco Operacional	23/10/2015	35.606	50	29
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	51	46
Frota- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2015	Até R\$ 360 mil / Veiculo	29	31
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	11.126	49	48
			179	154

(*) Importância Segurada relativa ao mês de JAN/15 e prêmio anualizado.

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações e prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumulto, alagamentos/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais, causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	7.576	7.576	13.385	13.385
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.860	5.860	7.387	7.387
Consumidores e concessionárias	23.925	23.925	23.202	23.202
Títulos de créditos a receber	6.078	6.078	6.325	6.325
Conta a receber da concessão	31.644	31.644	22.709	22.709
Ativos regulatórios líquidos	4.872	4.872	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.134	4.134	3.407	3.407
PASSIVO	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	22.703	22.703	15.267	15.267
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	60.305	60.305	54.996	54.996

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão

classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2014	2013
Dívida (a)	60.305	54.996
Caixa e equivalentes de caixa	(7.576)	(13.385)
Dívida líquida	52.729	41.611
Patrimônio líquido (b)	91.950	95.261
Índice de endividamento líquido	0,57	0,44

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 18.
 (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%meses)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		22.300				403	22.703
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas	10,56%	3.893	20.452	25.150	14.110	10.761	74.366
Total		26.193	20.452	25.150	14.110	11.164	97.069

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

ATIVO	2014	2013
Caixa e equivalente de caixa	7.576	13.385
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.860	7.387
Consumidores e concessionárias	23.925	23.202
Títulos de créditos a receber e outros	6.078	6.325
Conta a receber da concessão	31.644	22.709
Ativos regulatórios líquidos	4.872	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.134	3.407

O detalhamento desses créditos, estão apresentados nas notas explicativas nº5, 6, 7, 11, 15 e 28.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições financeiras do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia está suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 13,39% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,65,62/USD. A volatilidade anual do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2014, de R\$60.371 (R\$55.115 em 2013), R\$26.871 estão representados em dólares, provenientes de US\$10,1 milhões (US\$10 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Bank of America Merrill Lynch e Itaú BBA com vencimento de curto e longo prazo (vencimento em Jan/14 e Ago/15, respectivamente) e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 apresenta R\$3.160 no ativo circulante e R\$974 no ativo não circulante (R\$3.407 em 2013) a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais

simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco. Neste sentido, em 27 de janeiro de 2015, a administração da Companhia excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2015 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ nos swaps cambiais de vencimento em 2015. Os limitadores dos swaps que forem eliminados podem ser vistos no quadro abaixo:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento
Loan 4131 BAML P. Ativa	6.000	VC + 4,33%	17/08/2015
P. Passiva	100,00%CDI		

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD	27.245	31.837
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(22.466)	(27.631)
Swap com Opções Itaú BBA e Merrill Lynch	21.580	26.600	Opções de Moeda Estrangeira - USD	(645)	(799)
			Posição Total		
			Swap Com Opções	4.134	3.407

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima.

A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps), essas taxas estão dispostas abaixo com periodicidade mensal e abrangem o período de 1º de outubro de 2013 até o vencimento de todas as operações de derivativos. A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, que podem ser assim resumidos:

(1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos			1.109	(5.424)	(11.958)
Swap Cambial					
Itaú BBA, Merrill Lynch e Citibank	-				
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD	27.245	Alta USD	26.135	32.669	39.203
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI	(22.466)		(22.466)	(22.466)	(22.466)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(645)		-	(3.133)	(6.935)
Subtotal	<u>4.134</u>		<u>3.669</u>	<u>7.070</u>	<u>9.802</u>
Líquido	<u>-</u>		<u>4.778</u>	<u>1.646</u>	<u>(2.156)</u>

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$4.778, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$1.646 e negativo de R\$2.156, respectivamente.

(2) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11%, TJLP = 5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	9.196	Alta do CDI	1.149	1.437	1.724
Instrumentos financeiros passivos:	(5.055)	Alta do CDI	(630)	(788)	(945)
Empréstimos e financiamentos	(3.134)	Alta da TJLP Alta do FNE	(610)	(762)	(915)
Subtotal (**)	<u>(11.293)</u>		<u>(903)</u>	<u>(1.129)</u>	<u>(1.354)</u>
Total	<u>(19.482)</u>		<u>(2.143)</u>	<u>(2.679)</u>	<u>(3.214)</u>
	<u>(10.286)</u>		<u>(994)</u>	<u>(1.242)</u>	<u>(1.490)</u>

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(**) Não inclui operações em dólar com swap para CDI, cujo notional em reais equivale a R\$ 21.580. Caso essas operações fossem incluídas, o resultado seria alterado em R\$ (2.374) no Cenário provável, R\$ (2.967) no Cenário II e R\$ (3.561) no Cenário III."

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou

passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2014	2013
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	5.860	7.387
Instrumentos financeiros derivativos	2	4.134	3.407
Contas a receber da concessão	3	31.644	22.709
Ativos regulatórios líquidos	3	4.872	-

29. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefícios é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit atuarial	
	2014	2013		2014	2013
BD Previdência	113	95	1,38	4.186	3.782

O Superávit referente ao plano não foi registrado.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário da própria BD Previdência.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	(3.632)	(3.493)
Valor justo dos ativos do plano	7.818	7.275
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	4.186	3.782
Ativo líquido	4.186	3.782

Demonstração das despesas para o exercício de 2015, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	2015
Custo do serviço corrente	125
Custo dos juros	386
Rendimento esperado do ativo do plano	(854)
Remensuração do custo financeiro	(171)
Contribuições dos empregados	(76)
Receitas previstas para 2015	(590)

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício:

	2014	2013
Ativo atuarial líquido no início do exercício	3.782	4.321
Receitas correntes	277	271
Contribuições da Companhia	59	59
Outros resultados abrangentes	68	(869)
Ativo atuarial líquido do final do exercício	4.186	3.782

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2014	2013
Valor justo dos ativos no início do exercício	7.275	8.402
Benefícios pagos	(232)	(273)
Contribuições de participantes vertidas no ano	76	69
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	59	59
Rendimento efetivo dos ativos	805	692
Ganhos (perdas) atuarias dos ativos	(765)	(1.674)
Valor justo dos ativos	7.218	7.275

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a demonstração do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	3.493	4.081
Benefícios pagos no ano	(232)	(273)
Juros sobre obrigação atuarial	375	322
Custo do serviço corrente (com juros)	124	205
Ganhos (perdas) nas obrigações atuariais	(128)	(842)
Saldo no final do exercício	3.632	3.493

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	6,229% a.a. (não inclui inflação)
Taxa de rendimento esperado dos ativos	6,66% a.a. (inclui inflação).
Reajuste do benefício	Somente inflação
Crescimento salarial	0,5% a.a. acima da inflação
Inflação projetada	6% a.a.

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	CSO 58M

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa BO aos seus empregados:

Descrição	2014
Participantes Ativos	
Número	47
Idade Média	44,2
Tempo de participação (anos)	18,3
Salário de Participação Médio	R\$ 3,58
Participantes Assistidos	
Número	7
Idade Média	66,99
Benefício Médio Mensal	R\$ 2,38
Pensionistas	
Número de Pensionistas	3
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$ 0,34

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós emprego com esses empregados.

No exercício de 2014, as despesas com esse benefício foram de R\$878 (R\$752 em 2013).

30. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2046	99.905	100.336	97.194	95.141	96.299	1.241.427

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

31. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

Em 4 de fevereiro de 2000, foi assinado o Contrato de Concessão nº 08/2000 - ANEEL, em que o Poder Concedente outorgou a concessão de distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato.

32. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar

o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.

2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado e apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
3. Nas construções das subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA; Plano de Controle Ambiental - PCA; e Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para realizar ou utilizarem os recursos naturais de forma racional e sustentável e otimizando a qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. Operacionalização do Sistema de Gestão integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que atende aos requisitos estabelecidos pelas OHSAS 18.001 - Saúde e Segurança e ISO 14.001 - Meio Ambiente. Com esse sistema, a Companhia, pretende mitigar as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir acidentes e doenças do trabalho;
6. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
7. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente. A disponibilização de papa-lâmpada e papa-pilha, bateria e cartuchos, para os colaboradores depositarem os resíduos, com destinação de forma adequada através de empresa devidamente licenciadas.
8. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
9. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam em suma preservar a vida.
10. Atuação junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
11. Atua junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e junto à Universidades e Órgãos do Meio Ambiente no apoio a treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
12. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder.
13. Conta Cidadã: consiste na troca de lixo reciclável (agora denominados de resíduos) por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem.
14. Programa de manutenção preventiva e corretiva, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica.

15. Apoio a Cooperativa CONTRAMAERE, promovida pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, que atua na região do planalto da Borborema, especificamente em Campina Grande. Com a missão de desenvolver pesquisas e reciclagem dos resíduos sólidos.

16. Na Operação das Subestações realizamos a elaboração de Laudo de Ruído de Fundo, como também Laudo de Conformidade Eletromagnética.

No exercício de 2014, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$940 (R\$814 em 2013), sendo R\$920 (R\$806 em 2013) alocados no ativo imobilizado e R\$20 (R\$8 em 2013) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

33. Informações adicionais ao fluxo de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2014	2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	8.200	4.021
Atualização contas a receber da concessão - VNR	735	(847)
Fornecedores	2.978	1.533
Atividades de investimentos		
Intangível e imobilizado	3.064	1.533
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	86	857
Capitalização de reservas	1.825	5.735

34. Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Revisão tarifária extraordinária

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 5,7%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

c. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apurou resultado inferior aqueles apresentados em seus balanços intermediários levantados em 30 de abril e 30 de junho de 2014, em R\$4.389. Durante o exercício antecipou R\$5.872, pagos em 04 de setembro de 2014 (R\$2.019) e em 11 de novembro de 2014 (R\$3.853), por consequência após a apuração do resultado de exercício identificou a distribuição excessiva daquele montante. A acionista controladora, efetuará a devolução em 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.
Campina Grande - PB**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a outubro de 2014. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4